

Artigos Publicação Contínua

Sociedade do Cuidado, Economia Solidária e opressão feminina: diálogos e perspectivas

The Caring Society, Solidarity Economy and female oppression: dialogues and perspectives

Caroline Lancellotti Caldeira Basso¹ 
Natalia de Lima Bueno¹ 

¹Universidade Tecnológica Federal do Paraná , Curitiba, PR, Brasil

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar quais alternativas teórico-práticas podem sustentar a constituição de uma sociedade em que o trabalho do cuidado seja assumido como responsabilidade coletiva, rompendo com sua histórica vinculação à subordinação feminina e à divisão sexual do trabalho. Parte-se da compreensão de que a crise do cuidado, intensificada no capitalismo contemporâneo, evidencia as tensões na organização social da reprodução da vida, tradicionalmente atribuída às mulheres e fundamental à manutenção da força de trabalho. Como metodologia, o estudo articula uma revisão de literatura acerca das aproximações entre a Sociedade do Cuidado e a Economia Solidária, com base nas contribuições de Glenn (2000) e Singer (2002). Em seguida, realiza-se uma revisão integrativa da literatura, conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), com análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011), a fim de examinar produções científicas sobre experiências de Economia Solidária com enfoque nas práticas de cuidado mútuo. Os resultados indicam que a Economia Solidária, conceitualmente, é orientada para a construção de práticas de cuidado coletivo, especialmente quando articulada a valores de solidariedade e coletividade. A investigação da práxis, por meio de revisão integrativa, validou estes aspectos, ainda que tais iniciativas sejam atravessadas por desigualdades de gênero. Nesse sentido, o estudo validou que a incorporação da Economia Feminista nos coletivos solidários potencializa o enfrentamento da crise do cuidado, ao favorecer a reconfiguração de relações sociais orientadas à equidade de gênero no tocante à organização social da vida.

Palavras chaves: Cuidado; Economia Solidária; Opressão; Reprodução social

Abstract

This article aims to investigate which theoretical and practical alternatives can support the constitution of a society in which care work is assumed as a collective responsibility, breaking with its historical link to female subordination and the sexual division of labor. It starts from the understanding that the care crisis, intensified in contemporary capitalism, highlights the tensions in the social organization of the reproduction of life, traditionally attributed to women and fundamental to the maintenance of the workforce. As a methodology, the study articulates a literature review on the connections between the Care Society and the Solidarity Economy, based on the contributions of Glenn (2000) and Singer (2002). Following this, an integrative literature review is carried out, according to Souza, Silva and Carvalho (2010), with content analysis based on Bardin (2011), in order to examine scientific productions on experiences of the Solidarity Economy focusing on practices of mutual care. The results indicate that the Solidarity Economy, conceptually, is oriented towards the construction of collective care practices, especially when articulated with values of solidarity and collectivity. The investigation of praxis, through an integrative review, validated these aspects, even though such initiatives are permeated by gender inequalities. In this sense, the study validated that the incorporation of Feminist Economics in solidarity collectives enhances the confrontation of the care crisis, by favoring the reconfiguration of social relations oriented towards gender equity regarding the social organization of life.

Keywords: Care; Solidarity Economy; Oppression; Social reproduction

INTRODUÇÃO

Entre as múltiplas crises socioeconômicas engendradas e reiteradas pelo capitalismo na contemporaneidade, destaca-se a denominada crise do cuidado, a qual, sobretudo a partir dos anos 2000, passa a ocupar centralidade nas agendas internacionais e nos debates desenvolvidos por teóricas feministas. Tal crise, refere-se às tensões inerentes à organização social da reprodução da vida e às práticas de cuidado, historicamente estruturadas a partir de relações de gênero que atribuem, de forma desigual, às mulheres a responsabilidade por tais atividades (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019; Guimarães; Hirata, 2020).

A reprodução social, historicamente atribuída às mulheres, constitui um dos principais eixos estruturantes de sua opressão no interior das sociedades capitalistas. Nesse sentido, o papel feminino na geração e manutenção da vida, fundamental para a renovação contínua das classes subordinadas ao capital, não apenas sustenta a reprodução da força de trabalho, como também reforça relações de subordinação

e exploração. A reprodução das classes e a extração de excedente, articuladas à necessidade permanente de renovação dos sujeitos explorados, configuram-se como elementos indispensáveis à manutenção do sistema capitalista. Conforme argumenta Silvia Federici (2019), a acumulação de capital é sustentada pelo trabalho não remunerado, especialmente por meio da sistemática desvalorização do trabalho reprodutivo.

Diante desse cenário, torna-se premente o estudo de outras formas de organização social e econômica capazes de tensionar e superar as estruturas que sustentam a opressão feminina inerente à crise do cuidado. Assim, nesse sentido como objeto de estudo, suscita-se investigar quais alternativas teórico-práticas podem sustentar a constituição de uma sociedade em que o trabalho do cuidado se configure como responsabilidade coletiva, rompendo com sua histórica associação à subordinação feminina e a divisão sexual do trabalho?

Tal esforço implica reposicionar o cuidado no centro das relações sociais, não mais como uma responsabilidade privada, historicamente atribuída às mulheres, mas como uma dimensão constitutiva da vida coletiva. Nessa direção, a proposta de uma Sociedade do Cuidado, formulada por Evelyn Nakano Glenn (2000), destaca a necessidade de construção de arranjos sociais que valorizem o cuidado e os vínculos relacionais como fundamentos ético-políticos da organização social. De modo convergente, a definição de cuidado elaborada por Joan Tronto (2007) fundamenta o cuidado como qualidade moral da receptividade, atrelado ao entendimento de como este conceito pode transformar e pleitear uma sociedade politicamente mais igualitária e democrática.

Neste contexto, a economia solidária apresenta-se como um campo promissor de análise que pleiteia a construção de alternativas que tensionem a divisão sexual do trabalho e a crise do cuidado, ao incorporar, em seus princípios, uma perspectiva comprometida com as questões de gênero. Conforme apontam Pozzebon et al. (2025), a proposta valoriza o trabalho humano, o reconhecimento do papel das

mulheres, a cooperação e a solidariedade como eixos estruturantes das relações econômicas e sociais. Nesse sentido, a economia solidária configura-se como uma alternativa ao modelo capitalista excludente, fundamentando-se na inclusão social, na igualdade de direitos e na autogestão coletiva dos empreendimentos, conforme destaca Singer (2002).

No presente estudo, propõe-se articular, em um primeiro momento, as convergências teóricas entre os referenciais da Sociedade do Cuidado, a partir das contribuições de Glenn (2000) e a Economia Solidária (Singer, 2002), sobretudo no que tange as relações e responsabilidades coletivas de cuidado, e os princípios e valores da economia solidária. Na sequência, procede-se à análise empírica por meio de uma Revisão Integrativa da Literatura que visa uma compreensão mais ampla da articulação investigada (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Os resultados serão auferidos por meio do método de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2011). Tal percurso metodológico possibilita examinar as produções científicas que versam sobre experiências de economia solidária com enfoque nas práticas de cuidado, permitindo vislumbrar em que medida tais iniciativas materializam, ou tensionam, os princípios constitutivos de uma sociedade orientada pelo cuidado, na perspectiva de relações socioeconômicas que vislumbram a superação da opressão direcionada às mulheres no tocante à reprodução social e a promoção da igualdade de gênero.

Partindo da perspectiva materialista¹, a investigação emprega a teoria feminista da reprodução social na busca da compreensão entre a relação de opressão sob perspectivas de produção e reprodução social no capitalismo, possibilitando discussões que alvitrem práticas contra hegemônicas que suscitem relações de equidade no tocante à divisão sexual do trabalho, à valorização do trabalho reprodutivo e à superação das desigualdades de gênero historicamente estruturadas na contemporaneidade.

¹ Marx (2013, p. 31) argumenta que o socialismo só se efetiva quando é construído pelas próprias massas trabalhadoras, com o proletariado liderando o movimento histórico.

CONTRIBUIÇÃO DAS TEORIAS FEMINISTAS NA DESCONSTRUÇÃO DO CAPITALISMO

Conforme análise de Antunes (2001) a orientação materialista da sociedade atual, conduziu não somente a precarização das relações de trabalho, mas também para a degradação da natureza e do meio ambiente. Orientada por fins econômicos a sociedade moderna desconecta-se da centralidade humana e orienta-se para as relações de trocas mercantis, contribuindo para que homens e mulheres se tornem descartáveis e facilmente excluídos conforme as necessidades do sistema que são conduzidas prioritariamente pelas relações de mais-valia^{II} (Marx, 2013).

As críticas ao sistema capitalista, embasadas na teoria valor-trabalho em O Capital (Marx, 2013, p. 48) ancoradas no materialismo dialético, reivindicam a definição de trabalho como prática inerente ao *homo faber*, compreendida como ação precursora das origens e transformações das relações econômicas e sociais. A partir das relações de trabalho, desdobram-se as dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais e religiosas, sendo a força de trabalho caracterizada como fonte de valor. Nesse sentido, na produção de mercadorias, a força de trabalho humana constitui condição indissociável para a reprodução do capital, de modo que, sem ela, o sistema colapsaria (Bhattacharya, 2019). Contudo, embora as análises de Marx (2013) tenham estabelecido fundamentos essenciais para a compreensão da divisão de classes e da exploração do trabalho, especialmente a partir da noção de mais-valia, suas investigações centraram-se predominantemente no proletariado assalariado masculino, não tendo a opressão das mulheres como foco central (Federici, 2019).

Ainda assim, tais formulações serviram de base para o desenvolvimento das teorias feministas, que ampliaram essa crítica ao evidenciar que o capitalismo se sustenta, também, pela apropriação gratuita da força de trabalho feminina, especialmente no âmbito da reprodução social. Dessa forma, ao considerar que a atividade laboral depende da própria reprodução da vida, historicamente atribuída

^{II} "O mais-valor, ou mais-valia, resulta, pois, da transformação do valor de uma mercadoria que vem a ser pago depois que seu valor de uso, sob o comando do capital, recria o antigo valor de troca como uma substância capaz de aumentar por si mesma" (Marx, 2013, p. 102).

às mulheres, evidencia-se que sua subordinação não é periférica, mas estruturante à manutenção do sistema capitalista, aprofundando as desigualdades de gênero no interior das relações de produção. Conforme aponta Arruzza; Bhattacharya; Fraser (2019) o trabalho de produção de pessoas, nutre as condições basilares para a sociedade humana nas escalas materiais e sociais na concepção capitalista, por conseguinte sem a reprodução social, portanto a vida e o trabalho se tornam inviáveis.

Na complementação do trabalho de Marx (2013) nas questões de gênero e divisão sexual do trabalho, trabalho doméstico, trabalho do cuidado e reprodução social, os movimentos feministas, a partir dos anos de 1970, buscaram aprofundar a produção científica de construções teóricas que questionavam as teorias sobre gênero e trabalho^{III} abrangendo países industrializados e grande parte da América Latina. A economista dinamarquesa Ester Boserup em 1970, em sua obra, *O papel das mulheres no desenvolvimento econômico*, criticava dogmas e discursos estabelecidos que relegavam as mulheres a exclusão de recursos tecnológicos, financeiros e de capacitação. Suas colocações geraram outros debates que iniciaram um processo de reivindicação do fim da invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo do qual as mulheres contribuíam significativamente nas economias nacionais (Oyèrónké, 2020).

Ainda, durante a década de 1970, na França, os estudos de divisão sexual do trabalho produziram diversos trabalhos feministas que serviriam de bases teóricas para o avanço de vários conceitos. No projeto coletivo das francesas de repensar a opressão e divisão sexual do trabalho, também se postulava o repensar o trabalho. O alcance dos estudos visava incluir o trabalho doméstico como categoria de trabalho.

A partir dos anos de 1980 embasadas no feminismo socialista e pós-estruturalista^{IV}, abarcam-se questões como anticapitalismo e antipatriarcado, as pesquisam neste período buscaram elucidar sobre a divisão social construída entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo como questão central da opressão das

^{III} Exemplo de produção teórica feminista, Heleieth Saffioti, entre as décadas de 1960 e 1980, desenvolveu pesquisas sobre o trabalho feminino na sociedade capitalista, destacando a articulação entre gênero, classe, raça, etnia e a centralidade do trabalho, contribuindo para a construção de um feminismo latino-americano (Tavares Pereira, 2021).

^{IV} Sobre a construção do sujeito no pós-estruturalismo e no feminismo pós-estruturalista, entende-se que “o reconhecimento de que o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais, os quais por sua vez encontram-se marcados por relações de poder” (COSTA, 2000, p. 57, *apud* MARIANO, 2005).

mulheres. No ensaio *For a Materialism Feminism* (Por um Feminismo Materialista), a francesa *Christine Delphy* (1980) ressalva que a ideologia dominante não menciona opressão, mas de uma condição inata feminina, embasado em uma concepção naturalista, que está fora do alcance de permutação, por ser inerente a natureza.

A conscientização das relações de produção, através dos estudos realizados pelas feministas, contribuiu para o entendimento do termo opressão em sua especificidade no que tange ao papel das mulheres, que, de forma gratuita, disponibilizam a geração de seres humanos e os cuidados a estes. Esta relação de produção permanecia invisibilizada e categorizada como uma condição natural da mulher, envolvendo a obrigação e o amor no cuidar (Hirata e Kergoat, 2007), o que evidencia a necessidade de aprofundar a análise sobre as articulações entre produção e reprodução social, tal como propõe a teoria feminista da reprodução social. Nesta mesma direção, no entendimento de hooks (2019) para que a opressão feminina seja superada, é necessário a transformação da sociedade onde a luta feminista é parte deste movimento.

OPRESSÃO, REPRODUÇÃO SOCIAL E CRISE DO CUIDADO

De acordo com Battacharya (2019) a teoria feminista da reprodução social subsidia o entendimento da narrativa histórica na luta de quem são os trabalhadores e de que maneira podem fazer frente ao sistema que materializa a opressão das mulheres atreladas as questões de gênero, inferindo que sem a ruptura total do sistema, não haverá o fim da exploração às mulheres. A busca pelo fim da opressão e do feminismo emancipador inclui como compromisso teórico, político e prático, postulados no direito à vida, na liberdade caracterizada pela responsabilidade com o outro e com a natureza. O enfrentamento da luta de classes dar-se a no campo da reprodução social.

Por fim, a sociedade capitalista abriga uma contradição de reprodução social: uma tendência a se apropriar, em benefício do capital, do máximo

possível de trabalho reprodutivo “livre”, sem qualquer preocupação com sua reposição. Como resultado, isso origina periodicamente uma “crise de cuidado”, que leva as mulheres à exaustão, destrói famílias e estira as energias sociais até o ponto de ruptura (Arruza, Bhattacharya, Fraser, 2019, p. 71).

A teoria da reprodução social evidencia a opressão vivenciada pelas mulheres, sobretudo no que se refere à atribuição histórica do cuidado como uma responsabilidade socialmente construída e a elas destinada (Guimarães; Hirata, 2020). Nesse sentido, torna-se necessário retomar o conceito que orienta esta investigação, compreendendo-o como ponto de partida analítico. Berenice Fisher e Joan Tronto (1993) entendem o cuidado^v relacionado ao propósito de sustentar a vida através das relações complexas entre seres humanos e as atividades que incluem a manutenção e o amparo contínuo de tudo ao nosso entorno, inclusive a nós mesmos.

Neste aspecto, esta sustentação da vida no sistema capitalista está estruturada na obrigação das mulheres como responsáveis pela manutenção e reprodução da vida, ou ainda, na reprodução da força de trabalho, reconhecido como verdadeiro trabalho, mesmo não sendo remunerado monetariamente, como contabilizado pelo capital (Federici, 2019). No contexto capitalista, o ato de cuidar do outro tende a reificar as relações sociais e afetivas, o que se contradiz totalmente com a lógica democrática e com os princípios da solidariedade humana.

O conceito e a organização dessas atividades partem de análises que compreendem a citada crise^{vi} como resultado da privatização das tarefas voltadas ao atendimento das necessidades de outras pessoas alocadas as relações de gênero que as estruturam, recaindo sobretudo sobre mulheres e grupos subordinados ao capital. Essa dinâmica de subordinação da reprodução social produz a força de trabalho disponível ao mercado, que se apropria, sem ônus, desse contingente gerado majoritariamente por mulheres, além de incorporar atividades invisibilizadas ou desvalorizadas economicamente, justamente por estarem associadas à naturalização

^v Apoiadas no pensamento de Heidegger, para Oliveira e Carraro (2009), o entendimento ontológico do cuidado revela-se na interrelação subjetiva entre os sujeitos que cuidam e os que são cuidados, em dinâmicas que perpassam o ato de cuidar, vinculadas a compromisso e envolvimento humanizado.

^{vi} Crise do Cuidado (Guimarães; Hirata, 2020).

dessas funções nas relações de gênero impostas pela hegemonia patriarcal do capital (Glenn, 2000; Guimarães; Hirata; 2020).

Complementarmente, Fortes (2018), ao retomar as contribuições de Marx e Engels, evidencia que a subordinação histórica das mulheres está intrinsecamente relacionada às estruturas de classe e à consolidação da propriedade privada. A autora destaca que a reprodução social feminina foi incorporada como dimensão subordinada ao capital, sendo essencial para a manutenção da força de trabalho, mas sem reconhecimento proporcional. A partir dessa leitura, a emancipação das mulheres não pode ser dissociada da superação das formas de exploração capitalistas, uma vez que, nos termos do pensamento marxista, o fim da alienação coincide com a emancipação humana em sua totalidade (Fortes, 2018, p. 449).

A chamada crise do cuidado emerge, portanto, como expressão dessas contradições, evidenciando os limites de um modelo que privatiza responsabilidades coletivas e as submete à lógica mercantil. Conforme aponta Biroli (2015), a superação desse cenário exige a construção de sociedades democraticamente inclusivas, fundamentadas em relações de solidariedade e interdependência, capazes de romper com a lógica individualizante e com a naturalização dessas funções como atributos femininos.

SOCIEDADE DO CUIDADO

Nesse sentido, ao buscar teorias que contribuam para a democratização do cuidado enquanto compromisso coletivo, este estudo posiciona a análise das relações sociais à luz da Sociedade do Cuidado proposta por Evelyn Nakano Glenn (2000). A partir dessa perspectiva, evidencia-se que a construção de condições efetivas de equidade e justiça social exige o reposicionamento da cidadania social:

Cuidado é legitimado como uma responsabilidade coletiva (pública), em vez de uma respoansabilidade puramente familiar ou privada... o acesso ao cuidado é distribuído de forma relativamente igualitária e não depende de

status econômico ou social.... A responsabilidade e o trabalho real do cuidado são divididos equitativamente, de modo que o ônus do cuidado não recaia desproporcionalmente sobre grupos desfavorecidos - mulheres, minorias raciais e imigrantes (Glenn, 2000, p. 88, tradução nossa).^{vii}

Repensar o cuidado como uma responsabilidade coletiva é incitar uma participação democrática e cidadã, almejando criar condições para novas economias e formas políticas que se fundamentam em valores que gerem igualdade entre todos os seres humanos, pois existe uma interdependência relacional de cuidados que não deve ser relativizada por *status* social ou capacidade econômica, não devendo incidir de maneira desproporcional em determinados grupos, como mulheres, imigrantes e minorias étnico-raciais (Glenn, 2000; hooks, 2019).

Alcançar os tipos de mudanças necessárias para criar uma sociedade que valorize o cuidado exigirá transformar as formas como pensamos sobre nós mesmos, nossas relações com os outros, a família, a sociedade civil, o Estado e a economia política. Em última instância, a transformação do cuidado deve estar vinculada a mudanças profundas nas estruturas e relações político-econômicas. Talvez, de forma mais fundamental, o conceito liberal de "sociedade" como composta por indivíduos distintos, independentes e que escolhem livremente precisará ser descartado, dando lugar a noções de interdependência entre membros que não são totalmente autônomos dentro da sociedade (Glenn, 2000, p. 93, tradução nossa).^{viii}

A urgência das lutas coletivas que defendam a responsabilização igualitária da reprodução e produção da vida carecem de novas formas de cooperação, de novas formas políticas, econômicas, que orientadas socialmente para o rompimento das lógicas capitalistas de mercado, não se trata apenas de uma utopia, mas de um processo já em andamento (Federici, 2019).

A reprodução social está encontrando novas formas de ser ressignificada, a partir de um caráter mais democrático, emancipador e participativo. As relações

^{vii} "Caring is legitimized as a collective (public) responsibility, rather purely a familial or private responsibility... access to care is relatively equally distributed and not dependent on economic or social status.... The responsibility and actual work of caring is divided equitably, so that the burden of care does not fall disproportionately, on disadvantaged groups - women, racialized minorities, and immigrants."

^{viii} "Achieving the kinds of changes needed to create a society that values caring will require transforming the ways we think about ourselves, our relationships with others, the family, civil society, the state, and the political economy. Ultimately, the transformation of caring must be linked to major changes in political-economic structures and relationships. Perhaps most fundamentally, the liberal concept of "society" as made up of discrete, independent, and freely choosing individuals will have to be discarded in favor of notions of interdependence among not wholly autonomous members of a Society."

sociais e econômicas em determinados núcleos coletivos vêm se delineando de forma oposto à lógica do capital excludente, através de “ocupações de terras, da agricultura urbana comunitária, das ocupações habitacionais, da criação de várias formas de troca e redes de intercâmbio, de ajuda mútua, de formas alternativas de cuidado com a saúde” (Fredereci, 2019, p. 231). É preciso repensar o sentido de comunidade e reforçar uma educação à “cidadania social” atrelado a superação da divisão sexual do trabalho, como citado por Glenn (2000, p. 88).

Convergindo com essa concepção de cidadania social, o economista Paul Singer (2002) elucida que para alcançarmos uma sociedade onde predomina a igualdade entre seus membros, a economia seria solidária, contrariamente à competitividade em que o capitalismo se fundamenta. Ainda, de acordo com o economista, as lutas emancipatórias alteram as instituições e instauram as práticas democráticas, a exemplo as possibilitadas pelas revoluções feministas na luta contra opressão patriarcal. Na perspectiva de novos paradigmas a alternativa da economia solidária traz um modelo de sociedade humanístico e emancipador.

REFLEXÕES A RESPEITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Em uma proposta de inclusão, cooperação e solidariedade, a economia solidária é uma alternativa de modelo para perpassar o capitalismo excludente e opressor. Singer (2002) propõe como solução à exclusão social e econômica, o modelo de economia solidária, prática econômica proposta no século XIX. Sua origem remete-se ao advento da Revolução Industrial, a introdução das máquinas resulta em uma imensa desigualdade social, surgindo diversas iniciativas de trabalhadores e pensadores que organizarem-se em movimentos cooperativistas e associativistas visando o enfrentamento das precariedades socioeconômicas impostas no período (Beatriz, 2007).

Entre os pensadores, o francês Charles Fourier, no século XIX, promoveu experiências práticas como os falanstérios, comunidades experimentais destinadas

a unir pessoas de diferentes condições sociais em torno de trabalho coletivo, vida em comunidade e liberdade individual. Nessas comunidades, a remuneração circulava internamente, sustentando um modelo baseado em valores como cooperação, bem-estar comum e autonomia pessoal (Konder, *apud* Rocha et al., 2013). Fourier também teorizava quanto a igualdade de gênero como atributo constituinte para a emancipação social, neste aspecto defendia que quanto maior a liberdade das mulheres, mais avançada tende a ser a emancipação da sociedade como um todo (Lehouck, 1973, *apud* Rocha et al., 2013, p. 100).

Outras iniciativas que exemplificam um dos embrionários da economia solidária foi a *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, fundada em 1844, na Inglaterra. A *Rochdale Society* era uma associação organizada no formato de cooperativa de consumo, composta por operários que tinham diferentes capacitações profissionais, que de acordo com Singer (2002, p. 39), “entre os seus objetivos estava a criação de uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito”. A cooperativa foi um sucesso e inspirou a criação de outras cooperativas na Inglaterra e em outros países.

No âmbito da economia solidária, o associativismo se fundamenta na solidariedade e na organização igualitária entre os trabalhadores, em um contexto de produção, comercialização e consumo, caracterizando-se pela horizontalidade das relações entre os associados. A respeito do trabalho associativo feminino, durante o século XIX e a primeira metade do século XX, Guérin (2003) reflete sobre a relevância da atuação das mulheres nos primórdios do associativismo, destacando movimentos sociais na França de inspiração tanto cívica quanto religiosa, que se voltavam para o bem-estar dos mais necessitados. Essas iniciativas buscavam responder às demandas sociais fundamentais, como saúde, moradia e educação. Historicamente, tais práticas coletivas conduzidas por mulheres contribuíram para a criação de abrigos e centros sociais, além de estarem na origem da profissionalização do trabalho social.

No Brasil o cooperativismo, chega no século XIX, através dos imigrantes europeus^{ix}, porém é a partir dos anos de 1980, no século XX, por meio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que milhares de pequenos projetos são financiados como Projetos Alternativos Comunitários (PACS) que acabaram por se transformar em unidades de economia solidária (Singer, 2002).

Atualmente com reconhecimento mundial, a economia solidária, é difundida, inclusive pela Organização das Nações Unidas (ONU), onde no ano de 2023, promoveu pela primeira vez a discussão que fomenta a economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável, incentivando a participação institucional de seus Estados-membros e propondo ações como: “a criação de estatísticas nacionais, o oferecimento de incentivos fiscais, a garantia de compras públicas, a formação e a capacitação profissional, além do desenvolvimento de pesquisas em geral” (Morais; Gomes, 2024, *apud* IPEA, 2025, p. 15).

A criticidade da execução da economia solidária está justamente em uma mudança cultural e social, de atitudes e valores que permeiam nossa sociedade atual. Produtores e consumidores devem adotar práticas solidárias a fim de romper com as práticas ultrapassadas e exploratórias do capitalismo, que tensiona as relações de produção de modo que uma minoria possui propriedades particulares e se obriga desta forma a vender sua força de trabalho de modo a prover sua subsistência (Beatriz, 2007). A economia solidária foi criada como uma alternativa superior ao capitalismo, centrada na produção material e na produção de uma vida melhor, experiência esta que para Singer (2002) assume contornos além da questão material.

O modelo econômico da economia proposta por Singer (2002) alvitra relações de produção menos exaustivas com maiores possibilidades de consumo, na liberdade de escolha da atividade laborativa, de uma participação democrática nas decisões que envolvem o ser humano socialmente, retirando-o de uma posição subordinada. Além disto, alvitra no campo social abarcar qualidade nos relacionamentos com “familiares,

^{ix} No Brasil, as primeiras experiências de cooperativismo emergem em 1847, de forma breve, através do médico francês Maurice Favre, com influência de Charles Fourier, na colônia de imigrantes Tereza Cristina, no estado no Paraná.

amigos, vizinhos, colegas de trabalho, etc...” (Singer, 2002, p. 114). A solidariedade e cooperação como premissas balizadoras aspira a coletividade econômica e social do bem viver, “na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado” (Singer, 2002, p. 115).

Singer (2004) se refere à economia solidária como um modo de produção que tem como característica a igualdade de direitos, a autogestão, onde os empreendimentos são geridos coletivamente pelos trabalhadores, de forma democrática. O autor entende este modelo socioeconômico como uma oportunidade aos envolvidos de aprendizados, crescimento e amadurecimento.

Assim, se humanos não são necessários nem como produtores nem como consumidores, o que vai salvaguardar sua sobrevivência física e seu bem-estar psicológico? Não podemos esperar que a crise irrompa com toda a força antes de começarmos a buscar as respostas. Será tarde demais. Para lidar com as rupturas tecnológicas e econômicas inéditas do século XXI, precisamos desenvolver novos modelos sociais e econômicos o quanto antes. Esses modelos deveriam ser orientados pelo princípio de que é preciso proteger os humanos e não os empregos (Singer, 2002, p. 61).

Neste sentido, a potencial transformação de processos políticos, sociais e econômicos que se viabilizam através do movimento da economia Solidária, incluem não somente os trabalhadores, mas todos os seres humanos que acabam por serem excluídos do sistema capitalista, a exemplo as mulheres, como referenciado no tocante a crise do cuidado. Na questão da opressão das mulheres, se posiciona proativamente “contra a discriminação e pelo reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade” (Beatriz, 2007, p. 43).

Ademais, o cuidado na economia Solidária está relacionado a sustentabilidade da vida dos seres humanos, por meio da colaboração, assim “extrapola os cuidados limitados ao indivíduo ou ao grupo ampliando-os ao ecossistema” (Beatriz, 2011, p. 112). Nos espaços em que se articulam o cívico, o econômico, o político, o social, o público e o privado, a economia Solidária infere a possibilidade de ressignificar as relações de trabalho, rompendo com estruturas de gênero (Guérin, 2005, *apud* Freire, 2017, p. 118).

POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO

Os laços de solidariedade que partem do coletivo feminino e que a sociedade do cuidado delega as mulheres o papel de protagonistas da história, conectam-se aos números em participação das mulheres na economia Solidária. Apesar dos desafios em definir uniformemente o conceito da “Economia Social e Solidária”^x, tendo em vista a complexidade de acesso aos dados e comparabilidade entre países, reflete-se em pesquisa realizada pela OECD (2024) que a participação feminina na economia Solidária ultrapassa os 65% em vários países do mundo e no Brasil, as mulheres correspondem a 70% desta força de trabalho^{xi} (BRASIL, 2025).

A economia Solidária ao proporcionar relações de produção e solidariedade cooperativa por meio do trabalho, procurando a equidade de relações sociais dialoga com os objetivos inferidos na Sociedade do Cuidado, de Evelyn Nakano Gleen (2000), como alternativa de uma sociedade amparado na proteção do cuidado entre os seres humanos. Ao inferir estes princípios, propõe uma cidadania democrática entre os trabalhadores e busca relações amparadas na igualdade de gêneros. Os valores culturais que permeiam a economia solidária postulam sua organização a partir da responsabilidade coletiva, onde os trabalhadores conferidos como cidadãos são responsáveis igualmente pelo ecossistema em que estão inseridos, como exemplo a “horizontalização das relações acompanhadas com as devidas responsabilidades” (Beatriz, 2011. p. 113).

A responsabilidade coletiva proposta por Gleen (2000) está atrelada a redefinição de cidadania, que passa incluir o cuidado como uma obrigação de responsabilidade coletiva e pública. Parte-se da prerrogativa de que todos os cidadãos têm direito ao cuidado e, em contrapartida, têm o dever de garantir que aqueles que dele necessitam o recebam.

^x Segundo a OCDE (2024, p. 6, tradução nossa), a definição conceitual de economia social e solidária varia entre países e regiões, o que acarreta a dificuldade de produzir de estatísticas internacionalmente comparáveis; apesar disso, é possível identificar tendências comuns em determinados países no que diz respeito aos seus ecossistemas de economia social e solidária. Para este estudo convencionamos o termo Economia Solidária.

^{xi} BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Mulheres representam 70% da força de trabalho na economia solidária mundial, diz Gilberto Carvalho*. Brasília, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/mulheres-representam-70-da-forca-de-trabalho-na-economia-solidaria-mundial-diz-gilberto-carvalho>.

É a partir desse horizonte que se justifica a adoção de uma metodologia integrativa, orientada a investigar empiricamente, no âmbito da economia solidária, no intuito de averiguar como se reconfiguram as relações de trabalho e de reprodução social, especialmente no que se refere à divisão sexual do trabalho e à feminização do cuidado. Busca-se, assim, compreender em que medida as práticas concretas desse campo possibilitam a construção de arranjos mais equitativos e alinhados aos princípios da Sociedade do Cuidado, evidenciando seus limites, contradições e potencialidades na efetivação de uma responsabilidade verdadeiramente compartilhada.

MÉTODOS

O método utilizado foi o da revisão integrativa (Souza; Silva; Carvalho, 2010), que objetiva reunir estudos publicados em uma determinada área de conhecimento, em nosso caso, na articulação da economia solidária como resposta a uma Sociedade do Cuidado (Glenn, 2000), que vislumbra perpassar a opressão feminina vivenciada na crise do cuidado. A definição dessa questão delimitou os descritores utilizados, o recorte temporal e os critérios de seleção dos estudos. Diante do grande número de resultados encontrados nas bases de dados, a presente investigação não buscou esgotar a totalidade das publicações disponíveis, dado o tamanho da amostra inicial. Optou-se, portanto, por um recorte intencional da literatura, selecionando estudos que ofereçam maior pertinência temática e densidade teórica em relação ao problema de pesquisa. Dessa forma, o objetivo da análise não é a exaustividade das fontes, mas a identificação de substância teórica que permita discutir a convergência entre os conceitos analisados, contribuindo para a reflexão sobre relações sociais no âmbito da economia Solidária orientadas ao cuidado coletivo.

A revisão bibliográfica foi realizada a partir de artigos científicos publicados em periódicos acadêmicos, selecionados em bases de dados de acesso aberto. A opção por utilizar prioritariamente artigos, deve-se ao fato de que essas produções passam por processos de avaliação por pares, garantindo maior rigor científico.

A busca foi realizada nas bases de dados SciELO^{XII} e Portal de Periódicos CAPES^{XIII}, selecionadas por sua relevância na indexação de periódicos científicos com disponibilidade de acesso aos textos completos. Foram empregados os descritores “economia solidária” e “cuidado”, utilizados de forma isolada e combinada por meio do operador booleano AND (economia solidária AND cuidado).

Optou-se por utilizar o descritor “cuidado” de forma ampla para ampliar a sensibilidade da busca, considerando que a literatura relacionada à crise do cuidado, à sociedade do cuidado e às discussões sobre divisão sexual do trabalho e responsabilidade coletiva pelo cuidado, nem sempre utiliza a mesma terminologia. Dessa forma, buscou-se captar estudos que abordassem o tema do cuidado no interior das experiências da economia Solidária, ainda que não empregassem diretamente a expressão “crise do cuidado”.

Durante a etapa exploratória da busca, também foram testadas outras combinações de termos relacionadas ao tema, como “economia solidária AND crise do cuidado”, “economia solidária AND sociedade do cuidado”, “economia solidária AND responsabilidade coletiva” e “economia solidária AND igualdade de gênero”. Entretanto, essas combinações resultaram em baixo número de registros, com ocorrência pontual de apenas um artigo em algumas combinações e ausência de resultados em outras, o que reforçou a necessidade de utilizar o descritor “cuidado” de forma mais abrangente para a identificação dos estudos pertinentes.

Com relação às etapas de seleção dos estudos, foram definidos critérios de inclusão e exclusão para orientar a composição da amostra final da revisão integrativa. Como critérios de inclusão, consideraram-se: (a) artigos científicos publicados em periódicos; (b) textos completos disponíveis para leitura; (c) publicações no período entre 2000 e 2025; e (d) estudos que articulassem empiricamente a relação entre economia solidária e crise do cuidado, abordando práticas, experiências ou formas de organização do trabalho e do cuidado no âmbito dessas iniciativas.

^{XII} SciELO constitui uma biblioteca eletrônica que indexa e disponibiliza, em acesso aberto, periódicos científicos de diversos países, permitindo o acesso ao texto completo dos artigos

^{XIII} O Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) constitui um dos maiores acervos científicos virtuais do país, reunindo e disponibilizando conteúdos nacionais e internacionais, por meio de assinaturas com editoras, às instituições de ensino e pesquisa no Brasil.

Por sua vez, foram adotados como critérios de exclusão: (a) trabalhos que apenas mencionavam os termos de forma isolada, sem estabelecer uma relação analítica entre as temáticas; (b) resumos, capítulos de livros, dissertações ou teses não publicados em formato de artigo científico; e (c) estudos duplicados nas bases de dados consultadas.

Foram identificados inicialmente 42 artigos de acesso aberto nas bases de dados SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Durante a etapa de organização do material, 3 artigos foram identificados como duplicados, por estarem indexados em ambas as bases, sendo, portanto, removidos. O processo de seleção ocorreu em três etapas: a primeira corresponde a leitura dos títulos e dos resumos, com aplicação preliminar dos critérios de inclusão e exclusão. Nesse processo, foram identificados artigos que abordavam diferentes dimensões do cuidado, como: cuidado na saúde, cuidado territorial e cuidado ambiental, evidenciando a amplitude do conceito de cuidado relacionado à economia solidária. Após esse processo, foram selecionados 12 artigos, que compuseram o corpus final da revisão integrativa.

Na segunda etapa ocorreu a leitura integral dos textos potencialmente elegíveis, etapa na qual se confirmou a pertinência em relação à pergunta norteadora. Durante a leitura completa dos textos, 2 estudos adicionais foram excluídos, por se tratar de um ensaio teórico e de um artigo introdutório de dossiê, não atendendo aos critérios metodológicos estabelecidos para a revisão. Dessa forma, a amostra final foi composta por 10 artigos.

Os resultados foram apresentados por meio da construção de um quadro sinóptico, contendo título do estudo, periódico, ano de publicação e breve resumo. Quanto à síntese das publicações encontradas nas bases de dados analisadas, foi possível agrupá-las, distribuindo-as em duas categorias de análise temática. Posteriormente, os principais resultados foram relacionados com dados presentes na literatura sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que se refere às abordagens metodológicas, observou-se predominância de estudos qualitativos, utilizando diferentes estratégias de investigação. Entre os métodos identificados, destacam-se entrevistas, estudo de caso com observação participante, estudos etnográficos, estudos de multicasos, método cartográfico com entrevistas narrativas, além de um estudo qualitativo de caráter quase-experimental. Observa-se que os estudos analisados se concentram principalmente nos anos de 2019 e 2024, indicando uma produção contínua ao longo do período de 2013 a 2025, ainda, com relação a nacionalidade dos artigos foram observados em experiências de cooperativas e empreendimento solidários em diferentes contextos, como Uruguai, Brasil, Argentina e Espanha.

A técnica de entrevistas apareceu de forma recorrente entre os estudos analisados, evidenciando a centralidade da coleta de relatos e experiências dos participantes na investigação das práticas e concepções relacionadas ao cuidado. Com o intuito de facilitar a visualização dos resultados encontrados, foi realizada a construção de um quadro sinóptico (Quadro 1). Por meio dele, poderão ser visualizados os títulos dos artigos encontrados, os títulos dos periódicos, ano de publicação e a abordagem do cuidado na economia Solidária, em cada uma das pesquisas.

A análise de conteúdo dos artigos selecionados permitiu a identificação de duas categorias analíticas, construídas a partir da recorrência temática e da aproximação conceitual entre os estudos (Bardin, 2011). A primeira categoria, Divisão Sexual do Trabalho e Feminização do Cuidado na Economia Solidária, evidenciou que diversos estudos apontam que as mulheres enfrentam uma dupla jornada, decorrente da combinação entre a participação em empreendimentos de economia solidária e a manutenção das responsabilidades domésticas e de cuidado no âmbito familiar (Sánchez Miñarro, 2019). A sobrecarga de trabalho se manifesta tanto na limitação do tempo disponível para a participação plena nas atividades coletivas quanto na persistência de relações desiguais na esfera doméstica, mesmo quando as iniciativas cooperativas buscam promover princípios de equidade e autogestão (Silva et al., 2018; Legarreta-Iza et al., 2024).

Quadro 1 – Artigos incluídos na revisão integrativa sobre abordagem do cuidado como responsabilidade coletiva na Economia Solidária

Código	Título	Periódico e Ano de Publicação	Abordagem do cuidado como Responsabilidade Coletiva na Economia Solidária
A1	Los cuidados em la Economía Social y Solidaria em Uruguay:Aportes Feministas para su problematización. (Os cuidados na Economia Social e Solidária no Uruguai:Aportes Feministas para sua problematização)	<i>De Prácticas y Discursos: Cuadernos de Ciencias Sociales</i> , 2019	O estudo problematiza o trabalho de cuidado na Economia Social e Solidária (ESS) a partir de perspectivas feministas, identificando mudanças incipientes nos papéis de gênero, limitada a problematização coletiva do cuidado e a perpetuação da divisão público-privada dessas tarefas. Destaca, contudo, o potencial da ESS para promover a coletivização do cuidado e transformação dessas práticas.
A2	Viviendas colaborativas de personas mayores: democratizar el cuidado en la vejez. (Moradias colaborativas de pessoas idosas: democratizar o cuidado na velhice)	<i>REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos</i> , 2021	O estudo analisa a habitação colaborativa para idosos na Espanha, a partir da economia solidária, investigando seu papel na socialização mútua do cuidado. Os resultados indicam que esse modelo favorece o cuidado coletivo e a valorização social da velhice, mas enfrenta limitações de acesso econômico e carece de maior problematização sobre a feminização do cuidado.
A3	Representaciones y éticas en torno a los cuidados comunitarios en iniciativas de la Economía Social y Solidaria en el estado español: mayores, infancia y empleo del hogar. (Representações e éticas dos cuidados comunitários em iniciativas da Economia Social e Solidária na Espanha: pessoas idosas, infância e trabalho doméstico)	<i>REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos</i> , 2025	O estudo analisa os significados do cuidado em iniciativas comunitárias da Economia Social e Solidária (ESS), identificando diferentes perspectivas que orientam sua compreensão e prática. Os resultados apontam a coexistência de abordagens diversas, com tensões e potencial para promover formas mais justas de organização social do cuidado.
A4	Sesgos androcéntricos y herramientas feministas para la transformación social en iniciativas comunitarias de cuidado. (Vieses androcêntricos e ferramentas feministas para a transformação social em iniciativas comunitárias de cuidado)	<i>REVESCO: Revista de Estudios Cooperativos</i> , 2024	O estudo analisa iniciativas de cuidado vinculadas à Economia Social e Solidária e à Economia Feminista na Espanha, investigando suas formas de organização e contradições. Os resultados evidenciam a presença de vieses androcêntricos e produtivistas, mas também apontam o potencial de ferramentas feministas e da lógica da dádiva para compreender e transformar as práticas de cuidado.

Continuação ...

Quadro 1 – Continuação

Código	Título	Periódico e Ano de Publicação	Abordagem do cuidado como Responsabilidade Coletiva na Economia Solidária
A5	A Aprendizagem Coletiva e em Rede Desenvolvida em Empreendimentos Formados por Mulheres da Economia Solidária: Uma Análise Pós Colonialista Sobre uma Prática Feminista de Autogestão	<i>Revista Organizações & Sociedade</i> , 2023	O estudo analisa práticas feministas de autogestão na Economia Solidária, com foco na aprendizagem coletiva em rede. Os resultados evidenciam a não hierarquização, a troca baseada na reciprocidade e uma aprendizagem integrada à prática e à vida comunitária.
A6	Mujeres, trabajo y autogestión en el ámbito de la economía social y solidaria en la provincia de Santa Fe, Argentina. (Mulheres, trabalho e autogestão no âmbito da economia social e solidária na província de Santa Fé, Argentina.)	<i>Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica</i> , 2019	O estudo analisa o papel das mulheres em empreendimentos autogeridos na América Latina, com foco em Rosário, destacando sua atuação nas economias locais e na relação com políticas públicas. Os resultados evidenciam a centralidade, ainda invisibilizada, do trabalho feminino e apontam possibilidades de maior autonomia econômica na transição para a Economia Social e Solidária.
A7	Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri Paraibano	<i>Revista de Administração, Contabilidade e Economia</i> , 2018	O estudo analisa o processo de emancipação feminina em empreendimentos da Economia Solidária no Cariri Paraibano. Os resultados indicam impactos positivos na autonomia, bem-estar e igualdade de gênero, apesar de desafios relacionados à gestão, infraestrutura, retorno financeiro e conciliação com o trabalho doméstico.
A8	Empoderamiento y liderazgo en una cooperativa de mujeres indígenas en Chiapas. (Empoderamento e liderança em uma cooperativa de mulheres indígenas em Chiapas)	<i>Revista de Economía, Facultad de Economía, Universidad Autónoma de Yucatán</i> , 2024	O estudo analisa a participação de mulheres indígenas em uma cooperativa feminina no México, investigando seus impactos no empoderamento e na tomada de decisão. Os resultados indicam que espaços exclusivos para mulheres favorecem liderança, equilíbrio entre trabalho e cuidado e maior igualdade de gênero.
A9	Otra mirada para la otra economía: cuando el lente nos llega desde los otros feminismos. (Outro olhar para a outra economia: quando a lente nos chega a partir de outros feminismos).	<i>Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina</i> , 2020	O estudo analisa a articulação entre economia solidária, agroecologia e cuidado na vida de mulheres no assentamento Contestado (PR). Os resultados evidenciam práticas econômicas alternativas que promovem a reprodução da vida, relação sustentável com a natureza e enfrentamento das desigualdades de gênero.

Continuação ...

Quadro 1 – Conclusão

Código	Título	Periódico e Ano de Publicação	Abordagem do cuidado como Responsabilidade Coletiva na Economia Solidária
A10	De la división sexual del trabajo hacia la redefinición de las prácticas de cuidado: una experiencia de Economía Solidaria en Cataluña. (Da divisão sexual do trabalho para a redefinição das práticas de cuidado: uma experiência de Economia Solidária na Catalunha)	<i>Summa Psicológica UST (En línea)</i> , 2013	O estudo analisa os papéis de gênero e práticas de cuidado em uma cooperativa da Economia Solidária na Catalunha. Os resultados indicam maior flexibilidade e diversificação de tarefas, mas também a persistência de papéis tradicionais, ao mesmo tempo em que a cooperativa se configura como espaço de cuidado e redefinição dessas relações.

Fonte^{XIV}: Autores (2026)

Além disso, os estudos destacam a invisibilidade e a desvalorização do trabalho de cuidado, frequentemente naturalizado como uma responsabilidade feminina. Em algumas experiências analisadas, observa-se que a própria divisão sexual do trabalho não é necessariamente problematizada pelas participantes, o que contribui para a reprodução dessa lógica no interior das iniciativas solidárias conforme investiga Soares (2023). Essa naturalização também aparece associada à dificuldade de reconhecimento do cuidado como trabalho socialmente relevante, sendo classificado como questão do âmbito privado, inferindo uma problemática na questão da reciprocidade e da coletividade, conforme abordado nos estudos de Legarreta-Iza et al. (2024). Assim, mesmo quando há avanços na organização coletiva do trabalho ou na geração de renda, a responsabilidade pelo cuidado permanece predominantemente feminina, revelando a permanência de estruturas tradicionais de gênero fora do espaço produtivo coletivo (Gómez Chico Spamer et al., 2024; Sánchez Miñarro, 2019).

Outro aspecto identificado refere-se à baixa percepção das desigualdades de gênero em alguns contextos investigados, o que pode indicar tanto a naturalização do trabalho de cuidado quanto sua histórica desvalorização social. Em determinados estudos, a ausência de reconhecimento explícito dessas desigualdades nas

^{XIV} Nota: A1 = OSORIO CABRERA et al. (2019); A2 = KELLER GARGANTÉ; EZQUERRA SAMPER (2021); A3 = BARAÑANO-URIBARRI et al. (2025); A4 = LEGARRETA-IZA et al. (2024); A5 = SOARES (2023); A6 = SÁNCHEZ MIÑARRO (2019); A7 = SILVA et al. (2018); A8 = GÓMEZ CHICO SPAMER et al. (2024); A9 = ARIAS GUEVARA (2020); A10 = OSORIO CABRERA (2013).

entrevistas com participantes sugere que a divisão sexual do trabalho permanece internalizada como parte da organização cotidiana da vida social (Sánchez Miñarro, 2019, Soares, 2023).

A segunda categoria, Diálogos entre a sociedade do Cuidado e Economia Solidária, evidencia a aproximação teórica entre esses campos como uma possibilidade de ampliação do debate sobre a organização social do cuidado. A postura crítica que reconhece o cuidado como espaço estratégico para problematizar desigualdades de gênero referencia-se nos estudos de Osorio Cabrera et al. (2019). Ainda, destacam que os coletivos de mulheres no setor constroem formas de identificação coletiva que fortalecem práticas de resistência cotidiana, ainda que as transformações ocorram de maneira gradual e limitada, conforme aponta Osorio Cabrera (2013).

Nessa mesma direção, os estudos em Keller Garganté; Ezquerro Samper (2021) evidenciam que, embora a Economia Solidária não elimine totalmente as desigualdades, ela promove melhorias nas condições de trabalho das mulheres, especialmente no que se refere à conciliação entre trabalho e vida pessoal. Esse aspecto também aparece nos achados de Gómez Chico Spamer et al. (2024), ao demonstrarem que a organização cooperativa, por meio da autogestão e da flexibilização do tempo, contribui para amenizar os impactos da sobrecarga feminina, dado os limites importantes dessas experiências.

Em acréscimo, os estudos de Barañano-Uribarri et al. (2025) reforçam que diferentes iniciativas compartilham uma compreensão ampliada do cuidado, ainda que priorizem dimensões distintas, e apontam o potencial da economia Solidária para impulsionar uma reorganização social do cuidado.

Além disso, as contribuições de Osorio Cabrera (2013) evidenciam que essas experiências também funcionam como espaços de produção de vínculos baseados na reciprocidade, no afeto e na horizontalidade, promovendo relações que valorizam os sujeitos para além de marcadores de gênero, ainda que persistam contradições. Por fim, Legarreta-Iza et al. (2024) aponta que iniciativas coletivas de cuidado demonstram

capacidade de agência ao tornar visíveis as desigualdades estruturais e ao criar mecanismos práticos, como a divisão rotativa e remunerada das tarefas, favorecendo a corresponsabilidade e avançando em direção à democratização do cuidado.

Os estudos analisados (Cabrera et al., 2019; Keller Garganté; Ezquerro Samper, 2021; Barañano-Uribarri et al., 2025; Arias Guevara, 2020), indicam que as contribuições da economia feminista podem atuar como ferramenta analítica e política para a democratização do cuidado no interior das iniciativas solidárias, ao defender a centralidade da sustentabilidade da vida na organização econômica e o reconhecimento do trabalho reprodutivo. Neste sentido, a economia Solidária revela-se um campo estratégico de disputa, no qual se abrem possibilidades concretas de avanço rumo à reorganização social do cuidado, ainda que seus limites estejam diretamente relacionados às condições estruturais mais amplas da sociedade, conforme também evidenciado por Legarreta-Iza et al. (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse sentido, ao retomar o objetivo desta investigação que almeja identificar alternativas teórico-práticas capazes de sustentar a constituição de uma sociedade em que o trabalho do cuidado seja assumido como responsabilidade coletiva, rompendo com sua histórica associação à subordinação feminina e à divisão sexual do trabalho, evidencia-se que, na convergência dessas possibilidades, a economia solidária se apresenta como um caminho fecundo. Seus referenciais ontológicos, alicerçados no coletivo como princípio estruturante de solidariedade e equidade, articulam-se à concepção de Sociedade do Cuidado proposta por Evelyn Nakano Glenn (2000), que delinea o cuidado como um compromisso compartilhado por todos.

A economia solidária, em sua proposição conceitual, orienta-se pela equidade de gênero e apresenta contribuições para a construção da sociedade do cuidado. Nesse contexto, a predominância da atuação de mulheres configura-se como um campo de resistência às condições de opressão, no âmbito de uma economia que se

coloca em contraposição à lógica capitalista, e compartilha de valores de reciprocidade e cooperação democrática.

A revisão integrativa, de modo geral, indicou que, embora a economia solidária tenha potencial para reconfigurar as relações de trabalho, ela permanece atravessada pelas estruturas sociais que sustentam as desigualdades de gênero. Assim, as iniciativas solidárias operam em uma dinâmica ambivalente: ao mesmo tempo em que tensionam a divisão sexual do trabalho, criando alternativas mais horizontais, colaborativas e orientadas à sustentabilidade da vida, também podem reproduzir, ainda que de forma atenuada, padrões tradicionais de responsabilização feminina pelo cuidado. Nesse sentido, evidencia-se que a incorporação da economia feminista no âmbito da economia solidária potencializa o enfrentamento da crise do cuidado, na medida em que reconhece as mulheres como protagonistas de suas próprias realidades, possibilitando a construção de novos horizontes orientados à reprodução da vida e à equidade de gênero.

Discutir as possíveis implicações da relação da Sociedade do Cuidado e da economia solidária produz novas indagações que poderão ser submetidas a futuras investigações conceituais e da práxis da economia solidária para validar as conjecturas aqui dispostas, assim como a utilização de referências teóricas pertinentes ao sul global, como as análises decoloniais e a interseccional (Costa de Freitas; Medeiros Maia, 2024).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; DIAS DA SILVA, Luiz Heron (Orgs.). Políticas de exclusão na educação e no trabalho. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/35174327.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ARIAS GUEVARA, María de los Ángeles. Otra mirada para la otra economía: cuando el lente nos llega desde los otros feminismos. **Estudios del Desarrollo Social**, La Habana, v. 8, n. 3, 2020. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2308-01322020000300014&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 18 abr. 2026.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. 2. ed. Bauru: Edipro, 2009.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARAÑANO-URIBARRI, M.; ARTIAGA-LEIRAS, A.; DEL MORAL-ESPÍN, L. Representaciones y éticas en torno a los cuidados comunitarios en iniciativas de la Economía Social y Solidaria en el estado español: mayores, infancia y empleo del hogar. **REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos**, v. 149, p. 1–17, 11 mar. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/reve.99739>.

BEATRIZ, Marilene Zazula. **Os sentidos da economia solidária: os caminhos da construção da autonomia coletiva e organizativa**. 2007. 156 f. Tese (Doutorado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17211>. Acesso em: 10 abr. 2026.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 39–65, set./dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151804>. Acesso em: 22 jul. 2025.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1 sem. 2019. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf. Acesso em 06 dez. 2024.

BRASIL. **A forma mais justa de aplicarmos a nossa força de trabalho é por meio da economia solidária**. Ministério do Trabalho e Emprego, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/abril/a-forma-mais-justa-de-aplicarmos-a-nossa-forca-de-trabalho-e-por-meio-da-economia-solidaria-defende-francisco-macena>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mulheres representam 70% da força de trabalho na economia solidária mundial, diz Gilberto Carvalho**. Brasília, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2025/marco/mulheres-representam-70-da-forca-de-trabalho-na-economia-solidaria-mundial-diz-gilberto-carvalho>. Acesso em: 21 jan. 2026.

COSTA DE FREITAS, Jan Clefferson; MEDEIROS MAIA, Nathália Cristina. INTERSECÇÕES DA TRANSGRESSÃO: O Pensamento Feminista de bell hooks. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 99–112, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/35708>. Acesso em: 10 abr. 2026.

DELPHY, Christine. **For a Materialist Feminism (trans. Elaine Marks)**. In: MARKS, Elaine; DE COURTIVRON, Isabelle (eds.). *New French Feminisms*. Amherst: University of Massachusetts Press, 1980.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FORTES, R. V. Gênese social e atualidade dos processos de inferiorização da mulher em Marx, Engels e Lukács. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 441-451, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p441>.

FREIRE, Ana Paula. **Mulheres na economia solidária: trabalho, produção e reprodução social em empreendimentos de confecção popular**. 2017. 211 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/originais/100/100134/tde-13112017-182410/Original_AnaPaula_Freire.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 4). Disponível em: https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf. Acesso em: 06 dez. 2024.

GUÉRIN, I. 2003. **Sociologia Econômica e relações de gênero**. In: M. EMÍ-LIO (org.), Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo, Prefeitura Municipal Coordenadoria Especial da Mulher, p. 71-149.

GLENN, Evelyn Nakano. **Creating a care society**. Contemporary Sociology, Washington, v. 29, n. 1, p. 84-94, 2000. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/241660635_Creating_a_Caring_Society. Acesso em: 28 jul. 2025.

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GÓMEZ CHICO SPAMER, Adriana; MARÍN ABOYTES, Luz María; GUERRA SÁNCHEZ, Armida. Empoderamiento y liderazgo en una cooperativa de mujeres indígenas en Chiapas. **Revista de Economía**, v. 41, n. 102, p. 64-96, 2024. DOI: 10.33937/reveco.2024.389.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HIRATA, Helena. **O Cuidado**: teorias e práticas. São Paulo, Boitempo, 2022.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Políticas sociais**. Brasília: Ipea, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/9c656097-a329-4a7a-83fb-b11ef6b92c4a/content>. Acesso em: 10 set. 2025.

KELLER GARGANTÉ, C.; EZQUERRA SAMPER, S. Viviendas colaborativas de personas mayores: democratizar el cuidado en la vejez. REVESCO. **Revista de Estudios Cooperativos**, v. 137, p. e71867, 29 ene.2021 <https://doi.org/10.5209/reve.71867>.

LEGARRETA-IZA, M.; DE BLAS-BURUAGA, I.; UGENA-SANCHO, S. Sesgos androcéntricos y herramientas feministas para la transformación social en iniciativas comunitarias de cuidado. REVESCO. **Revista de Estudios Cooperativos**, v. 149, p. 1–20, 18 nov.2024, <https://doi.org/10.5209/reve.99022>.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 483-505, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política**: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

OCDE. **Insights from Social and Solidarity Economy Data**: An international perspective. Paris: OECD Publishing, jun. 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/06/insights-from-social-and-solidarity-economy-data_888cf72a/71d212f3-en.pdf. Acesso em: 10 Set. 2025

OLIVEIRA, Marília de Fátima Vieira de; CARRARO, Telma Elisa. O cuidado em Heidegger: uma possibilidade ontológica para a enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 62, n. 3, p. 398–403, maio/jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/SVSn3dm95hcbpKvfV5j9kPm/?lang=pt>. Acesso em: 24 jul. 2025.

OSORIO CABRERA, D.; VERAS IGLESIAS, G.; TOMMASINO, N.; ANDRADE, A.; RIEIRO, A. Los cuidados en la economía social y solidaria en Uruguay: aportes feministas para su problematización. **De Prácticas y Discursos**, [S. l.], v. 8, n. 12, 2019. DOI: 10.30972/dpd.8124036. Disponível em: <https://revistas.unne.edu.ar/index.php/dpd/article/view/4036>. Acesso em: 18 abr. 2026.

OSORIO CABRERA, María Daniela. De la división sexual del trabajo hacia la redefinición de las prácticas de cuidado: una experiencia de economía solidaria en Cataluña. **Summa Psicológica UST**, v. 10, n. 1, p. 37-47, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-448X2013000100004. Acesso em: 18 abr. 2026

OYÈRÓNKÉ OYÌWÙMÍ. **Conceituando o gênero**: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 06 dez. 2024.

ROCHA, L. C. S.; ARAÚJO, G. E. F.; PELOGIO, E. A.; PAIVA, J. A.; AÑEZ, M. E. M. Da utopia fourierista aos princípios de economia solidária: interfaces entre o passado e o presente. **HOLOS**, n. 2, p. 96-114, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2013.982>. Acesso em: 11 set. 2025.

SÁNCHEZ MIÑARRO, Marta. Mujeres, trabajo y autogestión en el ámbito de la economía social y solidaria en la provincia de Santa Fe, Argentina. **Revista Iberoamericana de Economía Solidaria e Innovación Socioecológica (RIESISE)**, v. 2, p. 225-244, 2019. DOI: 10.33776/riesise.v2i0.3721.

SANTANA JUNIOR, Gildásio. **A dimensão do adjetivo solidariedade para a economia solidária**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA USP, 4., 2006, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: NESOL, 2006. Disponível em: <http://sites.poli.usp.br/p/agosto.neiva/nesol/Publicacoes/anais%20IV/artigos/Princ%C3%ADpios%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria/A%20DIMENS%C3%83O%20DO%20ADJETIVO%20SOLIDARIEDADE%20PARA%20A%20ECONOMIA%20SOLID%C3%81RIA.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2026.

SCHWENCK, Beatriz. **Entrevista sobre a participação das mulheres na economia solidária.** In: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Boletim da SENAES, 2. ed. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/agendas/2.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Rafaelle Amado da; OLIVEIRA, Veronica Macario de; CORREIA, Suzanne Erica Nobrega. Impactos da participação de mulheres em iniciativas de economia solidária no Cariri paraibano. **RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 3, p. 851-866, 2018. DOI: 10.18593/race.v17i3.16527.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. (2004). **Em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores.** Texto para discussão. Ministério do Emprego e Trabalho, 2004.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro; LÁZARO, José Carlos. A aprendizagem coletiva e em rede desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 30, n. 106, p. 509-537, 2023. DOI: 10.1590/1984-92302023v30n0018PT.

SORJ, Bila. Estudos sobre o cuidado na sociologia: a contribuição de Nadya Araujo Guimarães e Helena Hirata. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 1089–1097, set./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/665R3k7HqdVgZ58hGDDDpYP/?lang=pt>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SOUZA, Marcela Tavares; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão Integrativa: o que é e como fazer.** Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-6, 2010.

TAVARES PEREIRA, M. J. Feminismo latino-americano: o legado teórico-conceitual de Heleieth Saffioti. CSOnline - **REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, [S. l.], n. 33, p. 380–392, 2021. DOI: 10.34019/1981-2140.2021.28608. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/csonline/article/view/28608>. Acesso em: 7 abr. 2026.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, ago. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922007000200004>.

TRONTO, Joan. **Moral boundaries: a political argument for an ethic of care.** New York: Routledge, 1993.

Autoria

1 Caroline Lancellotti Caldeira Basso

Graduada em Administração pela FAE Business School, Licenciada em História pelo Centro Universitário Claretiano, Mestranda em Tecnologia e Sociedade

<https://orcid.org/0009-0004-3662-3274> • carolinebasso@alunos.utfpr.edu.br

2 Natalia de Lima Bueno

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Mestrado em Tecnologia com ênfase em Educação Tecnológica pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná, Professora

<https://orcid.org/0000-0001-7747-9273> • nataliabueno@utfpr.edu.br

Como citar este artigo

BASSO, C. L. C.; BUENO, N. L. Sociedade do Cuidado, Economia Solidária e opressão feminina: diálogos e perspectivas. **InterAção**, Santa Maria, v. 17, n. 2, e93963, p. 1-30, jun. 2026. DOI 10.5902/1980509893963. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5902/2357797593963>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.